

# Estratégias de aproximação, sociedades de idéias e educação anarquista em São Paulo na Primeira República

*Fernando Antônio Peres\**

## Resumo:

O artigo apresenta algumas reflexões sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República, partindo do fato de que os grupos libertários elaboraram estratégias de aproximação para atrair outros atores sociais para as causas que defendiam, por meio de diversas iniciativas, tais como a difusão do ideário pela propaganda, a edição de livros e jornais e a criação de escolas. O conceito de sociedades de idéias, criado por Augustin Cochin e utilizado por François Furet e Jean-Pierre Bastian, é utilizado como um fator explicativo da presença libertária em São Paulo na Primeira República, contribuindo para ressaltar as potencialidades desse novo olhar sobre a temática anarquista, para além das estratégias do desterro.

*ANARQUISTAS; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; SÃO PAULO; SOCIEDADE DE IDÉIAS; PRIMEIRA REPÚBLICA.*

---

\* Mestre em educação e doutorando em educação (história da educação e historiografia) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

# Strategies of approach, society of ideas and anarchistic education in São Paulo in the Early Republic (1889-1930)

*Fernando Antônio Peres\**

## Abstract:

The article presents some reflections on the anarchistic education in São Paulo in the Early Republic, beginning for the fact of that the anarchistic groups had elaborated strategies of approach to attract other social actors for the causes that defended, through diverse initiatives, such as the diffusion of the ideas through the propaganda, book and newspaper publication and the creation of schools. The concept of society of ideas, created for Augustin Cochin and used by François Furet and Jean-Pierre Bastian, it is used as a clarifying factor of the anarchistic presence in São Paulo in Early Republic (1889-1930), with emphasis in the power of this new look at this subject, apart from the exile's strategies.

*ANARCHISTS; HISTORY OF THE EDUCATION; SÃO PAULO; SOCIETY OF IDEAS; EARLY REPUBLIC.*

---

\* Mestre em educação e doutorando em educação (história da educação e historiografia) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

## Introdução

A educação anarquista (ou libertária)<sup>1</sup> pode ser considerada uma das iniciativas educacionais não oficiais mais importantes, dentre as diversas que se desenvolveram em São Paulo nas décadas iniciais do século XX<sup>2</sup>, pois se afirmava como uma proposta de educação diferenciada, alternativa, em conflito com as proposições oficiais e com as iniciativas da Igreja católica<sup>3</sup>. As escolas anarquistas foram espaços de disputa dos corações e das mentes dos atores sociais que circulavam pelos bairros em que estavam instaladas ou se faziam presentes nas páginas dos jornais que as defendiam ou atacavam. Estudá-las, na linha sugerida por Hilsdorf (2003), significa apresentar um contraponto para compreender o tema da escolarização da sociedade, questão tão cara às oligarquias brasileiras na Primeira República e vista também como crucial pelos trabalhadores, só que em termos bastante diversos, como veremos.

1. Como na maioria dos estudos sobre a temática, neste artigo o termo “libertário” será considerado sinônimo de “anarquista”.
2. Outras iniciativas educacionais escolares não oficiais foram as de alguns dos grupos políticos radicais, como os socialistas, que propunham “o uso de verbas e recursos públicos” para “a criação de escolas operárias noturnas e profissionalizantes”; houve também iniciativas de grupos étnicos específicos, como das colônias de imigrantes europeus (por exemplo, dos italianos) e em defesa da criação de escolas “no interior de um projeto de conscientização das populações negras” (Hilsdorf, 2003, p. 73 e p. 77). Além disso, havia as iniciativas da maçonaria, como parte de uma estratégia para “ampliar o número de escolas leigas voltadas para os setores populares”, o que significou, em 1922, 132 escolas em 16 estados, com mais de 7.000 alunos matriculados (Barata, 1999, p. 141 e ss.).
3. Nossas reflexões inserem-se na linha de produção acadêmica que, desde a década de 1980, atenta ao trabalho pioneiro de Catani (1989), tem procurado “redimensionar a história da educação paulista menos em função das ‘grandes reformas e realizações’ (ou dos acontecimentos luminosos) e mais em função das iniciativas não oficiais”, superando a visão dos anos de 1900 a 1920 como um tempo de “desânimo, desilusões e frustrações”, uma era de “sombras”, uma época mergulhada na “penumbra” e caracterizada pelo “discurso dominado pela nostalgia do ‘período áureo’” de Caetano de Campos, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Cesário Motta, Gabriel Prestes e outros (p. 12 e p. 284).

A presença anarquista em São Paulo pode ser analisada a partir do estudo das principais correntes ou tendências libertárias<sup>4</sup> ou pelo outro olhar que, sem desconsiderar as diferenças entre essas tendências, privilegie os mecanismos e estratégias de aproximação, sobretudo por tratar-se de uma característica central das sociedades de idéias. Somos inclinados a considerar que no campo educacional as divergências entre os principais grupos anarquistas em São Paulo estavam bastante mitigadas, prevalecendo o espírito de colaboração.

Considerada a importância das iniciativas anarquistas para a compreensão da história da educação brasileira no período inicial do século XX, outra questão relevante se refere aos documentos disponíveis para a investigação dessa temática.

As fontes primárias disponíveis para pesquisas sobre os libertários no Brasil são relativamente escassas<sup>5</sup>, pois a repressão policial na Primeira República não mediu esforços para destruir os arquivos pertencentes aos círculos anarquistas. Da mesma forma, o aparecimento de outros interlocutores no movimento social e operário – comunistas, católicos, sindicalistas de orientação reformista e oficial – resultou na pequena produção de documentos e no confinamento, por algum tempo, das trajetórias dos sujeitos sociais libertários que atuaram nas duas primeiras décadas do século XX aos “sótãos e porões” da história.

Uma terceira questão diz respeito às relações e às aproximações dos libertários com os demais grupos da sociedade, que ainda permane-

- 
4. Mundialmente os anarquistas nunca constituíram um movimento monolítico ou plenamente sistematizado em termos teóricos ou práticos. Dividiam-se em diversas correntes ou “tendências”, tais como: a mutualista-individualista (Godwin), a individualista (Stirner), a “anarco-cristã” (Tolstoi), a “terrorista” (Ravachol), a mutualista (Proudhon), a coletivista (Bakunin), a anarco-comunista (Kropotkin, Réclus, Malatesta) e a anarco-sindicalista. Em São Paulo os grupos libertários identificavam-se principalmente com as duas últimas correntes. Como informa Toledo (1993), entre os anarquistas paulistas havia mais objetivos comuns a aproximar cada uma dessas correntes do que estratégias divergentes a separá-las.
  5. Sem dúvida as fontes mais promissoras são as de natureza jornalística. Ferreira (1978) cita 343 títulos de jornais operários ou sindicais publicados no Brasil entre 1875 e 1920. Há também um filão promissor nos textos memorialísticos dos militantes anarquistas do começo do século. Ver Peres (2004, p. 16, nota 11).

cem como surpreendentes aos autores que investigam essas temáticas, principalmente na perspectiva educacional. Convém lembrar que o interesse acadêmico pelos anarquistas na Brasil tomou fôlego em meados da década de 1970, resultando na produção de numerosos estudos<sup>6</sup>, que faziam a crítica ao confinamento a que foram submetidos aqueles atores sociais. No entanto, a perspectiva adotada pelos autores ainda privilegiava a estratégia do desterro<sup>7</sup>, com a ampla utilização desse conceito na produção historiográfica das décadas finais do século XX.

Em nossa visão, o ideário libertário transformou-se num mecanismo de aproximação entre diferentes atores sociais, atando-os por meio de alguns “fios”, como o espírito científico predominante na época, os grupos de afinidade e algumas iniciativas concretas: jornais, comícios, campanhas, livros, associações e escolas, temas já explorados pela historiografia<sup>8</sup>.

- 
6. O trabalho de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, publicado em 1976 e o de Sheldon L. Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*, publicado em 1979, constituem as obras pioneiras dessa safra sobre os anarquistas no Brasil. Vale ressaltar também a produção de coletâneas de documentos sobre a classe trabalhadora: *A classe operária no Brasil*, de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, em dois volumes publicados em 1979 e 1981; e *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*, de Edgar Carone, publicado em 1979. No campo educacional, ver Hardman (1983) e Luizetto (1984).
  7. O conceito de estratégia de desterro deve ser compreendido tanto na perspectiva da burguesia quanto dos trabalhadores. Por um lado, manifestava-se como “segregação sócio-cultural e política da força de trabalho, seu confinamento geográfico nos bairros proletários” (Hardman, 1983, p. 43), justificado, segundo o viés burguês, “pela necessidade de ampliação do exército industrial de reserva, de intensificação da exploração capitalista e de consolidação do capital industrial nascente” (idem, p. 59). Na perspectiva dos trabalhadores, tratava-se da “defesa da ‘cultura operária’ intransigente”, numa espécie de vocação para “o isolamento social e o autodesterro na ‘cultura operária’” (idem, p. 59 e p. 78), permeada pela atitude de auto-suficiência filosófica e estética, e apresentando-se como resposta à dupla situação vivida pelos trabalhadores na Primeira República: imigrante estrangeiro e força de trabalho segregada pelo capital e pelo Estado.
  8. Ver, dentre outros: Hardman (1983) para a questão das instituições da classe operária e cultura; Luizetto (1984) para os episódios literário e educacional dos libertários; Toledo (1993) para os grupos de afinidade, com o emprego do jornal *O Amigo do Povo*; Giglio (1995) para o estudo da imprensa operária, com a utilização do jornal *A Voz do Trabalhador*; Oliveira (1996), para a atuação dos anarquistas nas lutas anticlericais; Romera Valverde (1996), para a questão do autodidatismo.

Este artigo<sup>9</sup> pretende contribuir para que o conceito de sociedade de idéias seja considerado outro fator explicativo da presença libertária em São Paulo na Primeira República, sobretudo na perspectiva educacional, porque entendemos que os grupos anarquistas elaboraram simultaneamente estratégias de desterro e estratégias de aproximação.

A propaganda, considerada pelos militantes e pelos estudiosos da temática um dos princípios fundamentais da prática libertária, merecerá uma síntese que possa iluminar o estabelecimento de estratégias de aproximação entre os atores sociais que viviam em São Paulo na Primeira República. No item seguinte será apresentado o conceito de sociedade de idéias, que será empregado, de forma inédita, como instrumento de análise de uma fonte de natureza jornalística. Com esse percurso, pretende-se contribuir para ressaltar as potencialidades desse novo olhar sobre a temática anarquista em São Paulo na Primeira República.

## A propaganda anarquista e a educação escolar como estratégias de aproximação

A difusão do ideário anarquista em São Paulo processou-se principalmente pela propaganda, o que tornava os grupos extremamente ativos e, por isso, pelo menos na visão das autoridades governamentais, muito ameaçadores à ordem dominante.

A propaganda, isto é, a divulgação de idéias pela sua apresentação e debate, e não a doutrinação, constituía a essência da pregação anarquista. Azis Simão, ao comentar um diálogo que manteve com Edgard Leuenroth sobre os acontecimentos de maio de 1968 na França, observou a insistência de alguns jovens estudantes parisienses no tema da “libertação das mentes”. E ouviu do velho militante anarquista: “Sim,

---

9. Este artigo é composto, com algumas modificações, pela síntese do terceiro capítulo da dissertação “Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República”, defendida em 2004 sob orientação de Maria Lucia Spedo Hilsdorf.

sempre achamos que a libertação das mentes é a libertação dos homens” (Simão, 1989, p. 58).

A propaganda ocupava papel central nas doutrinas anarquistas. Era facilitada pela situação social e econômica que afligia a humanidade, principalmente os trabalhadores. Os libertários identificavam, e divulgavam através de todos os meios disponíveis, inúmeros problemas de natureza social e econômica e propunham uma solução social para eles. Assim, a propaganda transformou-se num pólo de aproximação entre libertários e outros grupos preocupados em resolver tais problemas da sociedade.

As diversas formas de propaganda anarquista desenvolvidas no Brasil podem ser didaticamente agrupadas em três tipos: propaganda pelo exemplo, propaganda pelo enfrentamento e e propaganda pela palavra.

A principal forma de propaganda pelo exemplo foi a criação de colônias anarquistas. Já a propaganda pelo enfrentamento<sup>10</sup> das condições adversas de vida e de trabalho ocorria pela participação dos militantes e dos grupos em atividades de mobilização (tanto nos bairros quanto nas fábricas), em greves e em campanhas.

Apesar da grande importância assumida pelas atividades de mobilização, pelas greves e pelas campanhas, a forma predominante de difusão do ideário libertário no Brasil processou-se através da propaganda pela palavra, através de uma multiplicidade de ações: conferências, palestras, comícios, apresentações teatrais e musicais, recitais de poesia e de canto. Os materiais escritos eram fartamente empregados nas atividades de propaganda pela palavra, através da confecção de gravuras, ilustrações, cartões postais, caricaturas e cartazes, da publicação de livros, folhetos e opúsculos e da edição de jornais.

Os grupos libertários criaram bibliotecas e gabinetes de leitura, nos quais eram encontradas obras socialistas, anarquistas e de caráter cientí-

---

10. Evitamos denominá-la de propaganda pela ação porque essa expressão ficou intimamente relacionada aos atos violentos praticados por grupos ou indivíduos isolados entre 1881 e 1894 na França, com repercussões mundiais. Era uma expressão também utilizada para descrever algumas práticas dos sindicalistas revolucionários a partir dos anos iniciais do século XX.

fico, clássicos da literatura universal e muitos jornais. Para os anarquistas, o livro era comparado a uma fagulha numa organização social em si já “explosiva”, capaz de fazer “estourar e rebentar o já enfraquecido invólucro que a comprime: o capitalismo” (*A Lanterna*, 15 abr. 1916, p. 3).

Bibliotecas e gabinetes de leitura prestavam-se aos círculos de leitura, uma prática muito comum aos grupos libertários brasileiros. Por esses círculos, os materiais de propaganda – livros, opúsculos e jornais – eram lidos e comentados pelos trabalhadores em seus momentos de descanso<sup>11</sup>. Com essa prática de oralização, os militantes que não dominavam os mecanismos da língua escrita podiam apropriar-se do conteúdo da literatura libertária. Muitos trabalhadores, analfabetos, desenvolviam técnicas de leitura pela audição e tornavam-se capazes de ler pela boca de seus companheiros. Outros ainda memorizavam trechos inteiros de suas obras prediletas. A leitura em comum era importante porque “procurava contornar as dificuldades de aquisição individual dos livros, mas, ao mesmo tempo, [possibilitava] aos não-alfabetizados o acesso a esse conhecimento das então chamadas obras sociológicas” (Gonçalves & Silva, 2001, p. 31). A imprensa também era vista pelos grupos anarquistas como um poderoso instrumento de educação, por divulgar os principais textos da literatura libertária.

Como a preocupação com a alfabetização dos trabalhadores também era recorrente nos círculos anarquistas desde suas origens, estes promoveram o ensino das primeiras letras, a alfabetização de operários adultos e diversos cursos (desenho, música, línguas estrangeiras). Criaram também associações incumbidas de promover a educação formal e informal como os centros de estudos sociais e as universidades populares.

Os libertários não foram os únicos grupos a criar cursos livres e universidades populares, pois essa prática estava difundida nos meios intelectuais da época. Hilsdorf informa-nos que, no início do século XX, “quando o partido republicano paulista, já no poder, oferecia ensino

---

11. Um exemplo do funcionamento de tais círculos de leitura encontra-se no livro *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, de Jacob Penteadado, publicado em 1962 e republicado em 2003.

popular na rede oficial, através de escolas públicas noturnas, os cursos livres serão associados à prática de outros grupos ideológicos como, por exemplo, os anarquistas” (1986, p. 342, nota 17). As associações de orientação libertária foram as grandes promotoras de tais iniciativas, que utilizavam o ensino mútuo como método pedagógico preferido.

“O sistema monitorial, ou a instrução das crianças e dos adultos com a colaboração de alguns dentre eles, que seriam monitores de seus colegas” (Lesage, 1999, p. 9-10), foi um sistema de ensino criado na Inglaterra nos últimos anos do século XVIII e divulgado por André Bell e Joseph Lancaster. Esse método foi aplicado na França no século XIX, recebendo a denominação de método mútuo, com a primeira escola desse tipo de ensino criada em Paris em 1815. Foi um sistema amplamente difundido nas jovens nações sul-americanas e em alguns locais do Brasil, como a província de São Paulo. Embora associado em sua origem aos círculos liberais – o ensino mútuo fez-se presente em São Paulo na primeira metade do século XIX, ligado à prática dos liberais ilustrados (Hilsdorf Barbanti, 1977) – essa metodologia esteve também profundamente enraizada nas práticas sociais dos trabalhadores. É possível que as tradições de ensino mútuo dos liberais radicais fossem incorporadas pelos grupos libertários, servindo-se das lojas maçônicas como intermediárias, num intenso fenômeno de circulação e de mediação de idéias e práticas, num contexto de aproximação entre diferentes atores sociais em São Paulo.

Convém realçar o fato de que os grupos libertários procuravam fazer da propaganda em si um ato fundamentalmente educativo, ensinando aos leitores dos jornais e à audiência nas palestras as técnicas e os processos mais eficazes para a difusão das doutrinas anarquistas. Assim, na visão desses grupos, a educação tornava-se o principal objetivo da propaganda emancipadora.

O professor Florentino de Carvalho apresentou os fins e os meios da propaganda anarquista em sucessivos artigos publicados no jornal *Germinal!* em 1913. Para ele, a “crítica racional e científica” e a “potente ação do [...] braço invencível” constituiriam os pontos fortes do ideal libertário, capazes de dismantelar os pilares da sociedade burguesa: capitalismo, governo, magistratura, códigos, costumes, hábitos, tendên-

cias e princípios. Além disso, ele expressava a concepção de que na sociedade capitalista as conquistas obtidas com muito sacrifício eram anuladas por ações patronais e que a situação da maioria dos trabalhadores resumia-se em salário baixo, má alimentação, moradia precária, tarefas insalubres e toda sorte de humilhações. Dessa forma, segundo Florentino, tornava-se necessário “agitar a consciência da classe [e] desenvolver as faculdades mentais de um certo número de interessados [...] distribuindo livros, folhetos e jornais de propaganda, realizando conferências, assembléias e organizando as classes em entidades de combate e revolucionárias, que façam praticável a solidariedade” (*Germinal!*, 22 jun. 1913, p. 2). E, para atingir os objetivos propostos, o articulista considerava válidos todos os meios que não estivessem em conflito com os princípios, numa escala decrescente de emprego da violência: a revolução armada, o atentado, o incêndio e a sabotagem, a greve, a manifestação pública e a organização operária. Florentino expôs um plano de ação ideal, baseado em grupos de militantes que desenvolveriam uma multiplicidade de iniciativas e difundiriam as diversas tendências libertárias para além do círculo restrito das sociedades de classe, o que identificamos como um reforço das estratégias de aproximação.

Contudo, apesar de defender todos os métodos de luta, na prática cotidiana a atuação dos grupos em São Paulo foi baseada na propaganda: “Ainda hoje falamos em violência e dinamite, e vamos às reuniões ou comícios sem levar um alfinete, e nas nossas residências não se encontram outras armas que alguns livros ou jornais para defender-nos dos assaltos dos cossacos e detetives” (*Germinal!*, 15 jun. 1913, p. 1).

Se havia uma preocupação com a educação da humanidade em todas as atividades de propaganda desenvolvidas pelos libertários, os trabalhadores eram particularmente destacados como os mais necessitados de instrução e de ações educativas. Assim, a demanda por educação formal e informal existente nos meios fabris foi também atendida pelos círculos libertários.

O estímulo à prática da leitura apresentava-se como uma das principais manifestações da propaganda emancipadora e, portanto, das atividades educativas libertárias. Praticamente todos os jornais possuíam uma coluna permanente de anúncio de livros na qual se recomendava a

leitura das obras de interesse do movimento. Os clássicos da literatura libertária constituíam a maioria dos títulos: Proudhon, Kropotkin, Bakunin, Augustin Hamon, Elisée Réclus, Sébastien Faure, Jean Grave, Errico Malatesta, Charles Malato, Max Stirner, Louise Michel, Luigi Fabbri, dentre muitos outros. Dos grandes escritores do século XIX, Victor Hugo, Émile Zola, Tolstoi, Górkí e Flaubert também se faziam presentes. Marx e Engels vez ou outra apareciam como leitura recomendada. Livros de educação racional eram anunciados<sup>12</sup>. Obras de natureza científica não eram incomuns: Darwin, Haeckel, Letourneau e Gustave Le Bon figuravam entre os autores sugeridos nas páginas de diversos jornais libertários e operários<sup>13</sup>.

A atividade literária também era recomendada e estimulada. Como afirma Luizetto (1984), os libertários brasileiros não só sugeriram que todos colaborassem nas páginas da imprensa, como também redigiram obras de “literatura útil”, isto é, comprometidas com os ideais de libertação. Inúmeros escritores produziram romances e peças teatrais que tratavam da questão social: Benjamim Mota com a obra *Rebeldias* (1898) e Fábio Luz com *Ideólogo* (1903) talvez tenham sido, no Brasil, os pioneiros de uma safra de escritores “engajados”, na qual podemos incluir, entre outros, Manuel Curvello de Mendonça, Antonio Avelino Fóscolo, Domingos Ribeiro Filho, Mota Assumpção, Francisco Pausíippo da Fonseca, Ricardo Gonçalves e Martins Fontes.

Além da “literatura útil”, o conhecimento científico também era considerado pela maioria dos grupos libertários uma das mais poderosas armas nas mãos dos trabalhadores. Segundo Florentino de Carvalho: “O proletariado precisa dos novos e atrevidos esclarecimentos científicos da Questão Social, para iniciar com mais brios a luta pela Revolução e pela Anarquia” (*Germinal!*, 3 ago. 1913, p. 2).

- 
12. No *Germinal!* de 22 jun. 1913 há o anúncio dos seguintes livros: *Como se deve educar o espírito*, de Toulouse; *Iniciação astronômica*, de Flamarion; *Iniciação química*, de Darzens; *Iniciação matemática*, de Laisant; e *Iniciação zoológica*, de Brucker.
  13. Um levantamento exaustivo da bibliografia libertária foi recentemente apresentado por Gonçalves e Silva (2001).

Apesar de toda a importância dada pelos libertários à instrução e à prática da leitura, tais procedimentos não estavam incorporados ao cotidiano da maioria dos trabalhadores. Aliás, esse descompasso entre o ideal almejado pelos libertários e a realidade vivida pelo conjunto da humanidade era percebido e reafirmado com veemência nos jornais que promoviam a propaganda emancipadora. O estímulo à leitura e à prática da escrita era um ideal acompanhado da crítica às pessoas que não participavam das atividades culturais libertárias. Essas orientações associavam-se à defesa de uma rígida moralidade, notável característica das concepções dos grupos anarquistas atuantes no Brasil na Primeira República, à semelhança do que ocorria em diversas partes do mundo, como na Espanha e no México. Os grupos anarquistas repudiavam o *jazz*, o carnaval, o futebol, os concursos em clubes burgueses e os vícios da bebida, do tabaco e dos jogos de azar. Dessa forma, ao participar das atividades culturais, os libertários concretizavam estratégias de aproximação com outros grupos que compartilhavam dessas posições sobre a leitura, a escrita e a concepção de moral exemplar.

A multiplicidade de formas de propaganda pela palavra, as leituras e os cursos também conformavam uma preocupação dos libertários com a autoformação – intelectual física e moral – da espécie humana. Os libertários foram autodidatas e ardorosos defensores de práticas de autoinstrução. Ernesto Gattai, pai de Zélia, “tivera apenas alguns meses de escola, o suficiente para aprender o alfabeto e as quatro operações. O resto, tudo o que sabia, resultara de esforço próprio, da vontade de aprender” (Gattai, 2002, p. 95). Em nosso entender, a formação de autodidatas foi um elemento vital para a organização das lutas sociais.

Segundo Romera Valverde (1996), o autodidatismo apresentou-se como uma espécie de “atitude espiritual e prática”, fruto do ensino mútuo que se difundiu em todos os setores da sociedade, sobretudo com o florescimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, um imperativo para a organização autônoma das lutas sociais. No Brasil, os autodidatas eram ativistas do livre-pensamento, sindicalistas revolucionários, publicistas do anarquismo, mas num movimento de aproximação que aglutinava também os maçons, os liberais radicais e os socialistas. Para Romera Valverde, “pedagogia libertária e autodidatismo são pares gêmeos e com-

plementares” (1996, p. 296), numa perspectiva que considera a aquisição de cultura como ingrediente fundamental para as práticas de luta social. Em nosso entender, porém, as estratégias de aproximação foram fundamentais para a sustentação da prática educacional e do estímulo à autoformação, que marcaram a presença libertária em São Paulo.

Além do estímulo à leitura e à escrita, da concepção de moral exemplar e da autoformação, a criação de escolas libertárias apresentou-se como uma iniciativa primordial em São Paulo. Em outro dos jornais da imprensa libertária, Florentino de Carvalho afirmou que a grande questão colocada naquele momento dizia respeito à “necessidade de criar e difundir novos métodos de instrução e educação”. Mas a escola defendida por Florentino de Carvalho tinha como ideal “formar seres aptos para se governarem a si mesmos”, isto é, uma educação para a autonomia. A educação integral era proposta como forma de revelar todas as verdades demonstradas pela experiência e facilitar os meios necessários para que os alunos “possam adquirir os conhecimentos mais essenciais a fim de que eles próprios criem a sua educação”. Em suma: “Para formar uma verdadeira cultura é preciso criar ao redor da infância um ambiente de justiça, de independência e de estética que a liberte dos vícios e dos preconceitos que adquire quando está em contato com os elementos de degeneração da sociedade presente” (*A Voz do Trabalhador*, 1º jan. 1914).

Se boa parte das atividades escolares cotidianas nas escolas libertárias paulistas assumia formas costumeiras – a leitura, a escrita, a declamação de poesia, o canto e outras práticas desenvolvidas nas salas de aula provavelmente não diferiam muito do que se fazia na escola oficial republicana e nas escolas confessionais católicas na mesma época –, o *conteúdo* e os *objetivos* de tais atividades eram radicalmente diferentes, pois as experiências cotidianas de luta dos trabalhadores estavam intrinsecamente presentes nas escolas libertárias.

Nesse sentido, os textos de leitura, desde o aprendizado das primeiras letras, eram os clássicos da literatura libertária e universal, como Hugo e Zola. As poesias e as canções aprendidas nos bancos escolares faziam parte do repertório das lutas operárias e eram repetidas nas greves, nas manifestações de rua, nos comícios e nas festas operárias. Es-

crevia-se, desde as primeiras linhas, para divulgar idéias renovadoras, talvez mesmo com vistas a formar futuros articulistas para os jornais operários ou conferencistas para as atividades de propaganda. No *Boletim da Escola Moderna*, noticiou-se que a publicação d’*O Início* – jornal escolar editado pelos alunos – foi interrompida e substituída pelo *Boletim*, por causa da necessidade de redução de despesas. Mas reafirmou-se o desejo de retomar a publicação d’*O Início*, pois “os alunos também precisam de exercitar-se na imprensa, afim de se habilitarem para a luta do pensamento na sua cooperação para o progresso moral e intelectual da Humanidade” (*Boletim da Escola Moderna*, 13 out. 1918).

Além do ensino mútuo, as demais bases da pedagogia libertária podem ser localizadas numa tradição de educação popular, sustentada tanto pela sede de conhecimento dos autodidatas quanto pelas formulações teóricas e ações práticas que, como nos informa Luizetto (1986), remontam ao programa educacional do “Comitê para o ensino anarquista”, iniciativa de âmbito mundial datada de 1882, e que preconizava: a supressão da disciplina, dos programas e das classificações; o ensino integral, racional, misto e libertário; a valorização da instrução, do conhecimento científico e da solidariedade; disseminação de escolas de formato laico nas associações operárias; e o objetivo de vulgarizar e popularizar os saberes científicos. Essa proposta de uma instrução baseada na combinação do ensino teórico com o prático apontava para a possibilidade de preparar o indivíduo para a execução de atividades intelectuais e profissionais. A educação moral centrada no racionalismo científico preparava o indivíduo para a “consciência da inteligência e do braço”, numa vivência de liberdade e de construção de uma sociedade de fato fraterna e solidária, conforme informa Giglio (1995).

Assim como nas atividades especificamente de propaganda, nessa multiplicidade de experiências e iniciativas educacionais, formais e não formais, houve sempre a presença de outros atores sociais, como os protestantes, os espíritas e os maçons, elementos aparentemente estranhos ao universo libertário, que em inúmeras ocasiões prestaram auxílio e manifestaram apoio às ações dos anarquistas, apesar do ferrenho combate que sofriam da polícia, do governo, do patronato e da Igreja. Tais vínculos, que recuperamos da historiografia e das fontes jornalísticas,

não podem ser justificados pelo clima cultural da época. A nosso ver, essas ligações explicam-se satisfatoriamente pelas estratégias de aproximação, sistematicamente elaboradas e aplicadas pelos atores sociais que viveram naquela época sob influência do ideário libertário. Esse olhar que privilegia as aproximações entre diferentes atores sociais<sup>14</sup> na perspectiva das sociedades de idéias amplia significativamente a compreensão do fenômeno libertário.

## A perspectiva das sociedades de idéias como estratégias de aproximação

As aproximações e as práticas comuns entre libertários, maçons, protestantes e espíritas explicam-se pelos conceitos de “centros de convivialidade”, “grupos de afinidade”, “lugares de encontro” e “sociedades de idéias”, encontrados na historiografia sobre os anarquistas. Apesar de relacionados, são conceitos que descrevem e explicam fenômenos diferenciados.

Os *centros de convivialidade* foram os fenômenos mais amplos, característicos do século XVIII, expressão de uma nova sociabilidade e que se manifestaram em formas novas de associação que proliferaram na Europa naquela época: academias, salões, cafés, círculos e, princi-

---

14. Evidentemente, as aproximações entre anarquistas, maçons e espíritas encontram-se mais bem detalhadas em Peres (2004, p. 174 e ss.). As aproximações com os protestantes resultaram menos evidentes, talvez em função dos posicionamentos anti-religiosos dos anarquistas e do fato de que os protestantes não abriam mão da defesa dos evangelhos. Mesmo assim, se tomarmos as iniciativas educacionais dos protestantes a partir da década de 1870 em São Paulo, havia vários pontos em comum com as propostas dos libertários, como a “diretriz de ensino prático, científico e comum para todos” e os princípios do cientificismo, do ensino de ciências exatas e naturais, da laicização da vida pública, da co-educação, da formação da mulher e da educação popular (Hilsdorf Barbanti, 1977, p. 156 e ss.). Há indícios de que as aproximações entre anarquistas e protestantes de fato ocorreram em São Paulo. Trata-se de uma questão ainda aberta, que este artigo também não se propôs a enfrentar.

palmente, clubes e lojas maçônicas. Essas associações baseavam-se na adesão voluntária de seus membros, a “livre adesão de indivíduos”, estavam “fora do controle do Estado” e representavam a ruptura com as instituições tradicionais da sociedade: família, paróquia, corporação e ordem (Aymard, 1991, p. 480). E, mais importante, “a nova sociabilidade que então se instituiu [...] pode ser considerada liberal, em primeiro lugar porque veiculava, entre outras, as idéias das Luzes, e a seguir porque sua própria existência tinha um princípio liberal” (Agulhon, 1989, p. 56). Essa nova sociabilidade configurava-se à medida que cada associação tornava-se um “lugar de circulação de idéias” e uma “instância de aprendizagem de práticas modernas”, como a escolha dos associados, o debate entre os pares e a deliberação (idem, p. 57). Eram, sobretudo, “espaços de liberdade” e lugares marcados pela existência de relações igualitárias. Nas lojas, por exemplo, prevalecia o regime de igualdade social, na medida em que nelas se defendia o princípio de que “toda posição e toda promoção em sua hierarquia” fossem determinadas unicamente pelo “genuíno mérito pessoal”, resultante da combinação de qualidades absolutamente individuais, isto é, a “virtude” e o “talento” (Aymard, 1991, p. 480).

Nessa perspectiva, podemos considerar as sociedades de idéias como *resultado* dessa nova sociabilidade que se constituiu na Europa ao longo do século XVIII, tendo recebido um forte estímulo a partir da Revolução Francesa. Difundidos, já no século XIX, para todos os setores da sociedade, esses princípios de adesão voluntária de indivíduos a certo número de idéias – e que constituíam grupos baseados em relações horizontais, sem fortes relações hierárquicas – mostraram-se particularmente importantes para a afirmação da identidade das classes médias e, principalmente, das nascentes classes trabalhadoras. Estas souberam apropriar-se de elementos do meio social e cultural em que viviam e, com eles, criar poderosos instrumentos de luta contra as precárias condições de existência, traduzindo-os em verdadeira experiência de classe. Para além desse posicionamento, através de associações baseadas na afinidade entre idéias, preferências, posturas e concepções, forjaram *lugares de encontro* capazes de dar sustentação aos ideais de transformação da sociedade em que viviam e inclusive romper com a lógica das

classes. Já os *grupos de afinidade* eram “pequenos grupos distintos, espontaneamente constituídos”, preocupados com a formação teórica de militantes e que se afirmavam “primordialmente [como] centros de discussão” (Toledo, 1993, p. 53 e p. 60)<sup>15</sup>.

Jean-Pierre Bastian (1989, 1990, 1994) empregou o conceito de *sociedade de idéias* ao investigar a campanha de sociedades missionárias norte-americanas para introduzir e difundir o protestantismo no México entre 1872 e 1911, explicando a difusão de outras formas modernas de associação (sociedades de reforma, círculos de artesãos e operários, lojas maçônicas, grêmios mutualistas, círculos espíritas kardecistas, sociedades protestantes, clubes políticos liberais, círculos patrióticos e de reforma) na América Latina, ao longo da segunda metade do século XIX.

A expressão sociedade de idéias (ou sociedades de pensamento) foi criada por Augustin Cochin (1876-1916) enquanto uma tentativa de compreender as origens da Revolução Francesa. François Furet recuperou a análise de Cochin:

[...] o jacobinismo é a forma acabada de um tipo de organização política e social que se difundiu na França na segunda metade do século XVIII, e que [Cochin] chama de “sociedade de pensamento”. Círculos e sociedades literárias, lojas maçônicas, academias, clubes patrióticos são suas diversas manifestações. [Sociedade de pensamento] é uma forma de socialização cujo princípio consiste em que seus membros [...] devem despojar-se de qualquer particularidade concreta e de sua existência social real. [...] A sociedade de pensamento é caracterizada, para cada um de seus membros, somente pela relação com as idéias, e é nisso que ela prefigura o funcionamento da democracia [Furet, 1989, p. 185].

Para Furet, as sociedades de idéias tinham por objetivo opinar, isto é, construir consensos que depois seriam expressidos no, propostos para

---

15. Os grupos de afinidade, em nosso entender, constituem uma questão ainda aberta, pois até o momento não receberam um tratamento conceitual adequado nos estudos sobre a temática libertária.

e difundidos pelo conjunto do tecido social, na busca de fabricar-se uma opinião unânime ou um consenso democrático capaz de exercer a coerção coletiva sobre o conjunto da sociedade. Efetuava-se, assim, a produção social da verdade, enquanto obra de um trabalho coletivo. Segundo Furet, o consenso era a verdade, expressando-se por representações cristalizadas e impondo-se ao conjunto da sociedade como “tirania do social”. Nesse sentido, novas redes de poder foram tecidas pela sociedade civil à margem do Estado. As sociedades de pensamento constituíam-se como modelo de democracia pura, sem permitir a delegação de poderes ou quaisquer formas de representação.

De todas as formas de associações agrupadas sob o rótulo de sociedade de idéias, Furet destacou especialmente as lojas maçônicas, consideradas por ele associações exemplares: “A maçonaria é [...] o molde da nova forma social, destinada a reproduzir muitas outras, que reunirão outros públicos, veicularão outros consentimentos, mas que estarão submetidas à mesma lógica da democracia pura; e que se tornará, sob a Revolução, o poder da ideologia e dos homens anônimos das seções” (1989, p. 213).

As razões que explicam a cristalização ideológica das sociedades de idéias na segunda metade do século XVIII e, mais precisamente, de 1789 a 1793 também foram discutidas por Furet. Esse autor identifica como fatores que justificam a multiplicação quantitativa e a força simbólica que adquiriram as sociedades de pensamento naquele momento histórico: a existência de idéias-mães, produzidas no âmbito da filosofia política e ancoradas nas grandes obras individuais, e a “disponibilidade de um corpo social que perdeu seus princípios tradicionais” (idem, p. 209). Da mesma forma que Furet privilegiou os fatores endógenos como determinantes para a difusão e o sucesso das contribuições trazidas pelas novas idéias, Bastian destacou as “camadas sociais em transição” como fator essencial para o triunfo das sociedades de idéias na América Latina. Ou seja, ambos os autores mostraram que as novas idéias e a base social em que elas proliferaram constituíram fatores essenciais para a própria existência de sociedades de idéias.

Nesse movimento de resgate da genealogia do conceito, podemos recorrer a Alexandre Barata, que compartilha com Furet a concepção de

que as lojas maçônicas são sociedades de idéias exemplares. Partindo das reflexões de Cochin, Furet e Agulhon, Barata situou a maçonaria como uma instituição “profundamente vinculada à nova sociabilidade pré-democrática que se consolidava na França do século XVIII” (1999, p. 36). Por intermédio de diversas iniciativas, as lojas tornaram-se o instrumento privilegiado para a divulgação do ideário liberal e dos princípios da Ilustração.

O conceito de sociabilidade também se reveste, segundo Barata, de grande importância para a compreensão da presença maçônica e da ação dos maçons na história brasileira. “A sociabilidade proporcionada pela Maçonaria a transformava em sede de uma racionalidade e de uma pedagogia ilustrada, mediante as práticas do sufrágio, do debate entre os pares e da deliberação” (Barata, 1999, p. 91). Além disso, essa sociabilidade, “por ser secreta, exclui todos os que não estão implicitamente incluídos, mas que, paradoxalmente, tem por princípio moral abarcar em seu seio toda a humanidade” (idem, p. 136). Ou seja, configurava-se um grupo, herdeiro da Ilustração, que, protegido nas sombras do segredo, difundia ideais políticos a toda humanidade. A estratégia maçônica, tal qual a anarquista, organizava-se em torno de procedimentos pedagógicos, com a divulgação do ideário liberal pela palavra, seja escrita ou falada, por jornais, conferências, debates e escolas para alfabetização do povo.

Convém lembrar que quando os setores dominantes brasileiros conseguiram congregar seus interesses em projetos políticos e organizações partidárias, a partir dos anos finais do Império, as sociedades maçônicas passaram a mediar outras relações, permitindo a divulgação de outros ideários, como o libertário, baseando-se na longa tradição de luta pela liberdade, tolerância religiosa e valores republicanos, assim como nos novos ideais de modernidade e de ciência. A relação entre maçons, anticlericais e livres-pensadores foi particularmente forte entre fins do século XIX e princípios do XX, momento em que ficaram patentes as articulações entre a maçonaria e as tendências políticas liberais e radicais, como os socialistas e anarquistas, e as correntes espiritualistas. As aproximações entre libertários e maçons foram as mais nítidas e persistentes. Nessa perspectiva, realçamos a importância das lojas e associa-

ções da maçonaria para a difusão de outras sociedades modernas no Brasil: círculos kardecistas, associações espiritualistas esotéricas e círculos libertários.

Assim, podemos afirmar que as sociedades de idéias partilhavam de uma tábua de valores que, segundo Bastian (1989, 1994), centrava-se na valorização do indivíduo, na defesa da política democrática, na adoção de princípios da Ilustração, na adesão a uma conduta moral exemplar e na difusão do ideário liberal e das práticas e valores modernos.

Valorização do indivíduo significa partir do pressuposto de que a relação mais importante estabelecia-se entre os indivíduos e as idéias, exigindo-se assim adesão pessoal e conversão individual dos atores sociais, que constituíam uma comunidade ideológica assentada no espírito de livre associação. A defesa da política democrática efetivava-se na adoção de modelos de democracia pura (centrados no sufrágio, no debate entre os pares e na deliberação) e de organização horizontal (baseada em princípios federativos) e dos princípios da cultura cívica, isto é, da defesa dos direitos dos cidadãos. A adoção dos princípios da Ilustração manifestava-se na primazia da razão e no emprego da racionalidade, na pedagogia ilustrada e ativa, na divulgação de idéias pela palavra (escrita ou falada), em jornais, conferências e escolas, na universalização do ensino laico, garantindo acesso à leitura e à escrita para todos os cidadãos, e na separação entre Igreja e Estado. A adesão a uma moral exemplar significava a adoção de princípios de austeridade, fidelidade conjugal e combate aos vícios (sobretudo alcoolismo, tabagismo e jogos de azar) e à prostituição. A difusão do ideário liberal manifestava-se na crença absoluta nas vantagens da liberdade política e econômica, assim como na defesa do progresso econômico e da posição central das ciências na condução do progresso. E a difusão de práticas e valores modernos significava: ética do trabalho, valorização dos esportes, defesa de valores republicanos e democráticos, práticas igualitárias e mutualistas e valorização do caráter, do esforço e da superação individual. De modo geral, as sociedades de idéias dirigiam suas críticas às corporações, às hierarquias, à Igreja católica em sua vertente ultramontana e aos valores do Antigo Regime.

Nos últimos anos, a historiografia vem pontuando a identificação dos libertários em São Paulo com grande parte desses princípios consti-

tuintes da tábua de valores das sociedades de idéias. Em nossa perspectiva, entretanto, o conceito de sociedade de idéias permite uma compreensão maior, do todo, pois os anarquistas construíram estratégias de aproximação para dialogar e aglutinar outros segmentos sociais, para além da estratégia do desterro.

Esse movimento pode ser evidenciado tomando-se o jornal anticlerical *A Lanterna*<sup>16</sup>, publicado na capital paulista entre 1901 e 1916, como um caso exemplar. Ou seja: a adesão do grupo anticlerical articulado em torno do jornal anticlerical à militância anarquista foi propiciada pelas aproximações entre diferentes atores sociais que viviam na complexa trama de relações existentes em São Paulo na Primeira República.

O jornal anticlerical *A Lanterna* apresentou três fases de publicação: de 1901 a 1904, sob direção do advogado Benjamim Mota; de 1909 a 1916, sob direção de Edgard Leuenroth; e de 1933 a 1935, ainda dirigido por Leuenroth, uma das maiores expressões da militância anarquista no Brasil. Um arrazoado do ideário defendido pelo jornal anticlerical em suas duas primeiras fases de publicação, situadas em nosso período de estudo, permite a compreensão de como se processaram essas aproximações, que ao cabo provocaram a identificação d'*A Lanterna* com a doutrina anarquista.

Na primeira fase, o jornal defendia um conjunto amplo de idéias: progresso, civilização, valorização do trabalho produtivo e da liberdade. Tratava-se de um compromisso com as causas da modernidade e do progresso, tanto espiritual (do indivíduo), quanto material e moral (da sociedade). Preconizava-se a instrução laica e integral, baseada no racionalismo, na experimentação, na co-educação e nas ciências, assim como princípios morais cívicos, quase evangélicos, sustentados na fraternidade humana, no altruísmo, na tolerância, na solidariedade, no apoio e respeito mútuos. Buscava-se difundir ideais de regeneração e

---

16. O jornal anticlerical pode ser encontrado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que possui a coleção completa do periódico.

elevação moral dos indivíduos e da sociedade como um todo, através da igualdade e da justiça, do trabalho e do bem-estar compartilhados, do desprezo das riquezas e da democratização do saber. Defendia-se o socialismo revolucionário e a valorização das “leis naturais”, com a rejeição das disputas político-eleitorais, do Estado enquanto instituição, da propriedade privada e de todo e qualquer tipo de autoridade. Propunha-se o livre debate na sociedade livre (*A Lanterna*, 7 mar. 1901, p. 1; 24 mar. 1901, p. 1; 6 abr. 1901, p. 2; 20 abr. 1901, p. 1-2; 3 maio 1901, p. 1; 19 maio 1901, p. 1; 3 jun. 1901, p. 2; 6-7 jun. 1903, p. 1; 15-16 ago. 1903, p. 1; 5-6 set. 1903, p. 1; 12-13 set. 1903, p. 3; 17-18 out. 1903, p. 2-3; 15 dez. 1903, p. 1; 9 jan. 1904, p. 1; 24 jan. 1904, p. 1). Dessa forma, as pautas anticlericais foram suficientes para aproximar e aglutinar diferentes atores sociais, na medida em que tais idéias constavam nas tábuas de valores dos grupos presentes em São Paulo na Primeira República, como os maçons, os protestantes, os espíritas, os “esotéricos”<sup>17</sup>, os estudantes, os republicanos (radicais ou descontentes) e os socialistas.

Na segunda fase de publicação, *A Lanterna* conservou a maior parte do ideário da primeira fase, como veremos abaixo. Contudo o jornal foi gradualmente destacando a questão social e acrescentando elementos anti-religiosos em sua agenda anticlerical, o que provocou o afastamento dos aliados da primeira fase, que não abriam mão da visão religiosa: parte dos maçons, os espíritas e os protestantes (*A Lanterna*, 20 nov. 1909, p. 1; 12 mar. 1910, p. 2; 7 jan. 1911, p. 2; 14 jan. 1911, p. 1; 11 maio 1912, p. 1; 13 jul. 1912, p. 2; 18 jan. 1913, p.2; 22 ago. 1914, p. 3; 5 set. 1914, p. 2; 14 ago. 1915, p. 4). Ao mesmo tempo em que preservava a aliança com a outra parte dos maçons, o grupo editor reforçava a aproximação tanto com os agrupamentos libertários quanto com os trabalhadores e suas associações de classe. Nesse movimento, os anarquistas e seus aliados atuavam, para além do jornal anticlerical, com iniciativas e ações

---

17. Dos grupos conhecidos como “esotéricos” ou espiritualistas, o Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento apresenta-se como um promissor objeto de pesquisa. Criado em 1909 por Antônio Olívio Rodrigues, chegou a contar com dois templos na capital paulista e o controle da editora e livraria O Pensamento.

culturais, em grupos de afinidade e centros de convivialidade tipicamente modernos: centros de estudos sociais, teatros, círculos de leitura, escolas e universidades populares. Nesses “lugares de encontro” (ou melhor, lugares de aproximação), a relação entre os atores sociais articulava-se cada vez mais em torno das já citadas questões sociais (*A Lanterna*, 20 nov. 1909, p. 1; 3 dez. 1910, p. 2; 21 jan. 1911, p. 2; 27 jan. 1912, p. 2; 19 abr. 1913, p. 2; 17 maio 1913, p. 2-3). Simultaneamente, Estado e Igreja puseram-se a campo para disputar corações e mentes no conjunto da sociedade, particularmente entre os trabalhadores.

Da primeira para a segunda fase do jornal anticlerical, o que mudou foi a tônica da luta, que passou, aos poucos, do combate ao clero para a defesa das causas sociais. A propaganda emancipadora tornou-se então o núcleo do ideário d’*A Lanterna*. Nos artigos, afirmava-se o triunfo da ciência e do método experimental para a aquisição do conhecimento libertador e para o progresso da saúde pública, por meio de medidas de profilaxia e de higiene. O socialismo e os verdadeiros ideais republicanos eram exaltados, assim como o princípio da solidariedade humana, opostos ao militarismo, ao patriotismo, à repressão e à opressão. Defendia-se um mundo emancipado, instruído e cientista; uma humanidade dotada de idéias avançadas, progressistas e modernas. E, para completar a obra de regeneração da sociedade, a revolução social como objetivo principal da existência humana (*A Lanterna*, 25 jun. 1910, p. 1; 2 jul. 1910, p. 1; 9 jul. 1910, p. 1; 23 jul. 1910, p. 1; 30 jul. 1910, p. 1-2; 8 out. 1911, p. 2; 1 jun. 1912, p. 2; 2 nov. 1912, p. 1; 23 nov. 1912, p. 1-2; 31 nov. 1912, p. 1; 25 jul. 1914, p. 2; 15 ago. 1914, p. 1; 2 set. 1916, p. 1).

Em termos educacionais, houve na primeira fase do jornal a divulgação de algumas iniciativas escolares que defendiam a educação laica e centravam suas práticas em métodos considerados modernos. O jornal também buscou estimular o surgimento de escolas leigas em São Paulo, a partir de exemplos de iniciativas em outros estados brasileiros e em países estrangeiros (*A Lanterna*, 24 mar. 1901, p. 2-3; 20 abr. 1901, p. 3; 6-7 jun. 1903, p. 1; 20-21 jun. 1903, p. 4; 8-9 ago. 1903, p. 2; 15-16 ago. 1903, p. 2; 10-11 out. 1903, p. 2; 17 dez. 1903, p. 1 e p. 4; 23 dez. 1903, p. 1-2).

Já na segunda fase, a criação de escolas nos moldes da proposta de ensino racionalista de Francisco Ferrer tornou-se um dos objetivos prin-

cipais do grupo editor do jornal anticlerical. Convém lembrar que outros grupos libertários e os grêmios operários também se esforçaram para criar escolas no Brasil desde os primórdios da república. Alguns grupos com os quais *A Lanterna* dialogava – como os maçons, os espíritas e os protestantes – também se empenharam em fundar ou estimular o surgimento de iniciativas escolares desde a década de 1870<sup>18</sup>. Como a maioria deles, o jornal anticlerical também se dedicou à tarefa de planejar uma verdadeira rede de iniciativas escolares, composta de: uma casa editora para produção de material didático (livros, revistas, folhetos e opúsculos), um núcleo modelo na capital paulista para direção das iniciativas e formação de professores, um internato misto para crianças até nove anos, institutos dedicados ao ensino superior (por meio de conferências populares de divulgação científica) e uma considerável quantidade de unidades escolares, na capital e no interior de São Paulo, para educação e instrução de crianças e adultos, em cursos diurnos e noturnos. Objetivamente, em função da escassez de recursos, apenas uma parte desse plano concretizou-se, após anos de esforços. Mesmo assim, conseguiu-se criar três unidades escolares (no Belenzinho, no Brás e em São Caetano) e editar duas revistas (*O Início* e *Boletim da Escola Moderna*), além de prestar apoio e solidariedade às iniciativas em outras cidades ou àquelas instaladas na capital paulista e patrocinadas por outros grupos (*A Lanterna*, 27 nov. 1909, p. 1; 4 dez. 1909, p. 1; 15 jan. 1910, p. 3; 28 out. 1911, p. 2; 31 maio 1913, p. 3; 19 jul. 1913, p. 3; 4 out. 1913, p. 3; 25 out. 1913, p. 2; 31 jan. 1914, p. 1; 10 jul. 1915, p. 2).

As iniciativas educacionais escolares do grupo libertário articulado em torno da folha anticlerical e de combate prestaram-se a difundir o ideário anarquista em São Paulo. Além da instrução racional e científica, baseada no método experimental, essas iniciativas propuseram-se a tarefa de desenvolver a educação moral das crianças e dos adultos numa perspectiva solidária e libertária, empenhada na regeneração da humanidade pela revolução social. Dessa forma, apesar de não termos docu-

---

18. Ver Hilsdorf Barbanti (1977) para as iniciativas protestantes, Barata (1999) para a atuação da maçonaria e Colombo (2001) para a pedagogia e as escolas espíritas.

mentação suficiente que nos informe sobre o que ocorria no interior das salas de aula, as manifestações públicas das escolas modernas de São Paulo – nas festas e veladas divulgadas nos jornais – são reveladoras dos conteúdos provavelmente trabalhados no cotidiano daquelas instituições. Os hinos, as poesias e os temas das conferências versavam sobre os ideais compartilhados pelos grupos libertários (*A Lanterna*, 6 dez. 1913, p. 2; 13 dez. 1913, p. 1; 5 dez. 1914, p. 2; 16 jan. 1915, p. 2; 10 jul. 1915, p. 3-4; 15 abr. 1916, p. 2).

Ao longo da década de 1910, *A Lanterna*, jornal anticlerical e de combate, metamorfoseou-se numa folha em que o combate dava o tom, no momento em que a agenda anticlerical mostrou-se insuficiente para a continuidade da defesa do ideário libertário, cada vez mais afirmado pelo grupo editor. Esse processo concretizou-se em 1917 com a transformação d'*A Lanterna* no jornal *A Plebe*, porta-voz das posições libertárias (*A Plebe*, 9 jun. 1917, p. 1).

De qualquer forma, o jornal *A Lanterna*, em sua segunda fase, com o enfrentamento da questão social, assumiu um papel de órgão de combate e desenvolveu estratégias de aproximação com outros atores sociais, aglutinados em torno de uma tábua de valores característica das sociedades de idéias.

Um primeiro aspecto a ser destacado é o fato de que a circulação de pessoas imbuídas do ideário libertário em ambientes não anarquistas em nada as poderia desmerecer. Assim, consideramos os grupos libertários associações de atores sociais originários de diferentes segmentos da sociedade e que, pela identidade com um conjunto de idéias, acabaram por promover atividades conjuntas, sobretudo no campo educacional, seja no informal, seja no formal escolar.

Além disso, essas aproximações entre grupos sociais distintos em diversos aspectos (origem social, práticas profissionais e relações com o trabalho, trajetórias de vida e concepções políticas ou filosóficas) revelam um fecundo processo de apropriações de elementos da cultura burguesa por parte dos trabalhadores e dos grupos libertários. Pelos mecanismos das sociedades de idéias, as nascentes classes trabalhadoras apropriaram-se de elementos criados por outras classes sociais. Não se trata pura e simplesmente de uma “influência”, nem com isso quere-

mos desqualificar o trabalhador, adjetivando-o como imaturo, incapaz, frágil, débil, fraco ou coisa que o valha; enfim, um elemento “influenciável” pela cultura hegemônica. Diante da produção cultural da humanidade, apropriada pelas classes dominantes, os trabalhadores selecionaram e reapropriaram-se daqueles elementos importantes para sustentar e apoiar suas práticas políticas e suas ações cotidianas, principalmente as que revelavam o enfrentamento da dura realidade e as lutas contra a ordem social excludente. Em nosso entendimento, os trabalhadores brasileiros recriaram aspectos da cultura universal a partir de *estoques de idéias e de práticas sociais*, disponíveis a um número maior de pessoas em virtude da generalização do hábito de ler, revestindo-os de novos sentidos e significações. Recorrendo a eles de acordo com suas necessidades no processo concreto de luta social e enfrentamento das dificuldades do cotidiano, diversos grupos sociais, entre os quais os trabalhadores, contribuíram para a efervescência cultural e política que marcou as décadas finais do século XIX e as iniciais do XX. Em contrapartida, a prática dos princípios do debate, da discussão e da deliberação, ocorrida no interior das sociedades de idéias, contribuiu significativamente para a difusão de ideários avançados e emancipadores, dentre os quais o libertário.

Esse processo de apropriação de elementos culturais efetivou-se num contexto favorável de circulação de idéias, num mundo integrado pela economia capitalista no qual ocorriam fluxos de mercadorias (comércio mundial) e de seres humanos (processos migratórios). Parte dessas mercadorias eram materiais escritos (livros, folhetos, opúsculos, jornais), que atravessavam os oceanos, muitas vezes já na bagagem dos imigrantes, para subsidiar a difusão de idéias. Além disso, tais instrumentos concretos de luta também foram criados localmente, como atesta a rica produção editorial em São Paulo, com atividades de publicação de jornais, livros, folhetos e opúsculos, tradução de obras em línguas estrangeiras e eficiente sistema de distribuição e utilização prática de todo esse material impresso.

O jornal *A Lanterna* constitui-se num exemplo concreto dessas aproximações processadas por intermédio do princípio das sociedades de idéias. O próprio jornal era, em si, um pólo de aproximações, ao aglutinar dife-

rentes atores sociais. Ao comentar o atentado na *calle* Câmbios Nuevos em Barcelona (na procissão de Corpus Christi de 1896), a folha anticlerical afirmou que a repressão desencadeada contra seus supostos autores transformou-se numa onda que tragara anarquistas, socialistas, republicanos, livres-pensadores, anticlericais e maçons. Ao analisar artigo publicado n' *O Estado de S. Paulo* em 1901, *A Lanterna* afirmou que, no caso Dreyfus, foi desencadeada “a guerra contra os judeus, porque depois iriam de embulho os protestantes, anticlericais, maçons, livres-pensadores, socialistas e anarquistas, enfim todos que se opõe [sic] aos planos abomináveis do jesuitismo” (*A Lanterna*, 7 mar. 1901, p. 2 e p. 4). Trata-se de um recurso amplamente utilizado pelo jornal anticlerical para dialogar com outros grupos: maçons, socialistas, protestantes e espiritualistas na primeira fase; e com os maçons, anarquistas e operários na segunda fase (*A Lanterna*, 6 abr. 1901, p. 2; 14-15 nov. 1901, p. 1; 4-5 jul. 1903, p. 2; 22 dez. 1903, p. 2; 23 out. 1909, p. 3; 8 out. 1910, p. 4; 13 maio 1911, p. 3; 8 out. 1911, p. 2; 13 jun. 1914, p. 3; 27 mar. 1915, p. 3).

Em suma, os grupos de convivialidade, os grupos de afinidade e as sociedades de idéias – que podemos entender como constituídos enquanto práticas de discussão e formação de consensos democráticos – são conceitos fundamentais para o entendimento da história dos grupos anarquistas no Brasil. Se os grupos de convivialidade foram fenômenos amplos, característicos do século XVIII e que receberam um novo vigor com a Revolução Francesa, as sociedades de idéias tornaram-se os principais mecanismos para a difusão das idéias avançadas. No caso examinado, essas *idéias avançadas* foram as de matriz libertária, destinadas pelo jornal *A Lanterna* a toda a humanidade e, especificamente, aos trabalhadores brasileiros.

Dessa forma, as sociedades de idéias permitiram a difusão de novas idéias e de práticas sociais ao conjunto da sociedade brasileira, fazendo com que os trabalhadores, originariamente *destinados* ao desterro, elaborassem estratégias de aproximação com outros segmentos sociais. Essas estratégias fizeram florescer uma criativa rede de propaganda do ideário anarquista e uma miríade de iniciativas educacionais formais e informais, capazes de preocupar as autoridades civis e eclesiásticas em São Paulo no final da década de 1910.

Assim, a propaganda anarquista pode ser apontada como um elemento crucial para a concretização das estratégias de aproximação entre os libertários e outros grupos da sociedade paulista na Primeira República. As iniciativas educacionais escolares formais e informais constituíram-se em um segundo ponto de aglutinação. As pautas anticlericais expressas no jornal *A Lanterna*, como vimos, aparecem como um terceiro fator de proximidade entre diferentes atores sociais.

Outro canal de difusão do ideário libertário relaciona-se com a posição central que as ciências assumiram para amplos setores da sociedade brasileira. Barros (1959) afirma que a grande renovação intelectual de fins do Império processou-se nos círculos de estudantes autodidatas, amparados pelos livros a que tinham acesso e pelos jornais, tanto os que liam quanto os que editavam. Nesses círculos, divulgavam-se os conhecimentos científicos, o ideário liberal e os ideais da Ilustração e da República.

Essa tradição foi apropriada, algumas décadas depois, pelos anarquistas. Esse fenômeno ocorreu inclusive em pessoas educadas no seio do catolicismo<sup>19</sup>, demonstrando a força das sociedades de idéias atuando sobre as “camadas sociais em transição”, por meio de lojas maçônicas, sociedades espíritas ou da propaganda (palestras, conferências, jornais e livros), através das estratégias de aproximação.

Centradas em tábuas de valores construídas em torno das grandes idéias da Ilustração e da revolução, as sociedades de idéias permitiam que as adesões ocorressem num espectro social bastante amplo, congregando atores sociais aparentemente diferenciados. Em nosso entender, os grupos anarquistas em São Paulo foram minorias ativas entre todos os segmentos sociais, cuja força residia exatamente na interlocução com outros grupos de opinião, mesmo que se considere o clima de indiferença da grande maioria da população. O ideário anarquista, que se movimentava no contexto das camadas sociais em transição e dialogava com amplos setores da sociedade, pôde difundir-se por todo o corpo social,

---

19. É o caso de Joaquim Pimenta no Ceará (ver Peres, 2004, p. 179 e ss.).

por meio de mecanismos próprios das sociedades de idéias, num processo de apropriação de experiências de outras associações modernas, como os grupos “esotéricos”, os círculos espíritas, os anticlericais, os protestantes, os liberais, os radicais e as lojas maçônicas. Assim, a propaganda emancipadora dos anarquistas envolvia a totalidade do corpo social e processava-se em grupos organizados pelo princípio da afinidade com pontos do ideário. A própria natureza das sociedades de idéias, que não implicava participação institucional, permitia diferentes modos de inserção dos atores sociais nos grupos, como militantes, participantes esporádicos ou apenas simpatizantes.

## O esgotamento das estratégias de aproximação

Apesar das aproximações, não houve total identidade entre os atores sociais citados no item anterior. Os distanciamentos entre os grupos também se fizeram presentes ao longo das décadas iniciais do século XX, num reforço das estratégias de desterro que, aliás, nunca foram abandonadas pelos anarquistas.

A historiografia demonstra que o esgotamento das propostas anticlericais e em defesa do livre-pensamento ocorreu a partir de meados da década de 1910, reforçando as diferenças e aprofundando os distanciamentos entre os antigos aliados. Em nosso entender, na linha proposta por Oliveira (1996), a década de 1920 representou a conclusão de um processo de renovação da aliança entre o Estado e a Igreja e o término de um período de “crise institucional” do catolicismo. Nesse processo, foi objetivo do Estado fazer reverberar o discurso das elites por todas as esferas da sociedade, acomodando tensões sociais e esvaziando as pretensões dos grupos políticos mais radicais. A Igreja, por seu turno, pretendia acumular forças e recatolicizar a sociedade brasileira, consolidando reformas internas centralizadoras e reconstruindo-se enquanto instituição. A expansão das escolas confessionais católicas (diocesanas e das ordens ou congregações religiosas) ocorreu aproximadamente no mesmo período, enquanto estratégia de aproximação (da Igreja) com as camadas dominantes e reconciliação com o Estado, opon-

do-se ao avanço dos grupos mais radicais como uma “sólida barreira conservadora” (Oliveira, 1996, p. 210). Esse autor justificou o sucesso desse projeto da Igreja como resultado do temor das elites diante das agitações populares e das crises militares tenentistas. Coincidentemente, nessa época assistiu-se ao declínio do movimento libertário e à difusão de centros operários católicos na capital paulista.

Em outros termos, afirmava-se uma nova configuração para o bloco dominante, no qual a conciliação entre Estado e Igreja católica obrigava os grupos libertários a assumir outro posicionamento, determinando os limites das estratégias de aproximação definidas nas décadas anteriores. Parcialmente derrotados pela Igreja e pelo Estado na disputa pelos corações e mentes da população de São Paulo, os grupos e associações anarquistas buscaram uma afirmação mais cristalina de seus princípios, pois o discurso anticlerical não mais servia como mecanismo de aglutinação. Ao fazer isso, ao assumirem-se como anarquistas e defensores dos oprimidos – posição incontestada diante do novo título do jornal, *A Plebe* –, os grupos libertários ingressam, na década de 1920, numa espécie de *período outonal*.

As estratégias de aproximação, que sustentaram um vigoroso debate nas décadas anteriores, foram abandonadas diante do recrudescimento da repressão governamental combinada com uma difusão de iniciativas escolares públicas e particulares, principalmente da Igreja. Os antigos aliados desistiram das causas sociais que haviam compartilhado com os anarquistas. Não é à toa que em 1919, diante do fechamento das escolas anarquistas e do empastelamento do jornal *A Plebe*, a sociedade paulista tenha respondido com um altissonante silêncio.

## Referências bibliográficas

### *Livros, obras de referência, artigos, dissertações e teses*

AGULHON, Maurice. As sociedades de pensamento. In: VOVELLE, Michel (org.). *França revolucionária (1789-1799)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

AYMARD, Maurice. Amizade e convivialidade. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes nas sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. *Boletim*, São Paulo: FFCL/USP, n. 241, 1959.

BASTIAN, Jean-Pierre. *Los disidentes: sociedades protestantes y revolución en México, 1872-1911*. México: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 1989.

\_\_\_\_\_. (org.). *Protestantes, liberales y francmasones: Sociedades de ideas y modernidad en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica/CEHILA, 1990.

\_\_\_\_\_. *Protestantismos y modernidad latinoamericana: Historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz (um estudo sobre a 'Revista de Ensino' da Associação Benéfica do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

COLOMBO, Dora Alice. *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. *A Voz do trabalhador: sementes para uma nova sociedade*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Imaginário, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HILSDORF BARBANTI, Maria Lucia Spedo. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LESAGE, Pierre. A pedagogia das escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1984.

\_\_\_\_\_. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna N.º 1 (1912-1919). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 8, n. 24, p. 18-47, ago. 1986.

OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O anticlericalismo na República Velha: a ação dos anarquistas*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/ Narrativa-Um, 2003.

PERES, Fernando Antonio. *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROMERA VALVERDE, Antônio José. *Pedagogia libertária e autodidatismo*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SIMÃO, Azis. Os anarquistas: duas gerações distanciadas. *Tempo Social*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 1, n. 1, p. 57-69, jan./jun. 1989.

TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupo de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

### *Periódicos e memórias*

*A Lanterna*, 1901; 1903-1904; 1909-1916.

*A Voz do Trabalhador*, 1914.

*Boletim da Escola Moderna/Suplemento sobre a obra de Ferrer*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Centro de Memória Sindical, 1991. (Edição fac-similar.)

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

*Germinal!*, 1913.

Endereço para correspondência

Fernando Antônio Peres

Rua Marina, 191

Vila Matilde – São Paulo-SP

CEP 03516-030

peres.f.a@uol.com.br

Recebido em: 27 abr. 2005

Aprovado em: 29 nov. 2005